

UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Assistente em Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

Gêneros e Tipos Textuais: Características, funcionalidades e sequências (narrativa, descritiva, argumentativa, injuntiva)	1
Compreensão e Interpretação: Identificação de ideias principais, inferências e pressupostos	8
Mecanismos de Textualidade: Coesão (referencial e sequencial), coerência, intertextualidade e informatividade	13
Semântica: Sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade e implícitos	15
Figuras de linguagem	16
Morfologia: Classes de palavras	21
Processos de formação, elementos mórficos	33
Flexão nominal e verbal	35
Sintaxe: Análise morfossintática, termos da oração, subordinação, coordenação	38
Concordância verbal/nominal	46
Regência verbal/nominal	48
Norma Culta	51
Pontuação	52
Acentuação gráfica	55
Crase	57
Colocação pronominal	59
Redação Oficial: Documentos padrão ofício (ata, edital, portaria, relatório) e normas do Manual de Redação da Presidência da República	61
Questões	61
Gabarito	78

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistemas Operacionais: Windows (uso de interface, arquivos e pastas)	1
Suítes de Escritório: Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint)	24

SUMÁRIO



Internet e Redes: Navegadores (Chrome, Firefox, Edge), busca na Web, Intranet e Extranet.....	66
Segurança da Informação: Vírus, malware, phishing.....	74
Backup.....	82
Armazenamento em nuvem	83
Inteligência Artificial: aspectos legais, éticos, automação e produtividade no setor público	85
QUESTÕES.....	87
Gabarito.....	95

LEGISLAÇÃO E NORMAS

Direito Constitucional: Princípios fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais e Organização do Estado	1
Administração Pública: Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990)	45
Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - TAE (Lei nº 11.091/2005).....	92
Ética e Processo Administrativo: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).....	100
Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999).....	104
Combate à Corrupção: Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	115
Transparência e Dados: Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011)	130
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018)	142
QUESTÕES.....	165
GABARITO	172

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Política educacional: políticas educacionais brasileiras pós-1990	1
Ensino superior como direito	3
Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e seus desdobramentos	5
Educação profissional e tecnológica: ações e políticas de formação, organização, financiamento, competências e responsabilidades; formação de docentes; certificação, gestão e avaliação; integração da educação básica à educação profissional e tecnológica; inovação, empreendedorismo e extensão tecnológica	26
Educação superior: ensino superior na legislação educacional; estrutura e funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); regulação, supervisão e avaliação da educação superior	29
Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	31

SUMÁRIO



Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).....	63
Decreto nº 9.235/2017.....	68
Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 29/12/2010.....	91
Portarias nº 1 e nº 2/2009, que aprovam os instrumentos de avaliação de cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura	107
Portaria Normativa nº 12/2008 (Índice Geral de Cursos - IGC)	108
Portaria nº 1.081/2008.....	109
Resolução CNE/CES nº 2/2007 (carga horária e integralização dos cursos presenciais)	109
Pareceres CNE/CES nº 583/2001 e nº 136/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais)..	111
Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira)	118
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)	122
Organização e funcionamento da educação nacional: sistemas, níveis e modalidades de ensino; articulação entre ensino presencial, híbrido e Educação a Distância (EaD); políticas de internacionalização da educação superior; gestão da qualidade acadêmica e institucional; avaliação institucional interna e externa.....	124
Fundamentos teóricos e práticas pedagógicas: concepções do processo de ensino-aprendizagem e abordagens pedagógicas; relações entre as teorias e práticas de ensino; relação professor/aluno no processo pedagógico; bases psicológicas, sociológicas e filosóficas do ensino-aprendizagem	127
Planejamento de ensino: Objetivos, conteúdos, métodos e técnicas	129
Avaliação escolar centrada na aprendizagem: Abordagens processuais, formativas e inclusivas;	131
Currículo, cultura e sociedade: Os modelos de discurso pedagógico e as estruturas do conhecimento;	133
Novas formas de organização do conhecimento: Interdisciplinaridade, flexibilização curricular e aprendizagem significativa	134
Tecnologia e inovação em educação: novas tecnologias aplicadas à educação; metodologias ativas e estratégias de ensino-aprendizagem; plataformas de aprendizagem virtuais e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem; mídias digitais aplicadas à educação; Educação a Distância (EaD) e ensino híbrido; recursos educacionais abertos; inteligência artificial e análise de dados educacionais (learning analytics); inovação pedagógica e metodologias ativas de aprendizagem; cultura digital e competências digitais docentes e discentes	136
Resolução Nº 3.912-CONSEPE, 05 de junho de 2025: Política de Qualidade dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão	139
Resolução Nº 1041-CONSEPE, de 22 de julho de 2013 e atualizações: Programa de Qualidade dos Cursos de Pós-Graduação da UFMA.....	146
Questões	146
Gabarito.....	153

SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.
- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

Exemplos de gêneros textuais injuntivos: receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.



Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



A década de 1990 marca um ponto de inflexão na formulação e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país passou a reestruturar sua legislação e sua prática administrativa à luz dos princípios democráticos, da descentralização e da busca por equidade social. Nesse cenário, as políticas educacionais passaram a ter como foco a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a criação de mecanismos de avaliação e controle social. O período pós-1990 também é caracterizado pela crescente influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, que passaram a pautar, direta ou indiretamente, muitas das reformas empreendidas no sistema educacional brasileiro.

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO PÓS-1990

O cenário político e social brasileiro pós-1988 é profundamente influenciado pela transição democrática. A Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, estabeleceu um novo paradigma para os direitos sociais, incluindo a educação. Em seu artigo 205, define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. A partir dessa definição, o Estado brasileiro passou a ter responsabilidades mais claras e amplas no campo educacional.

O artigo 206 da Constituição estabeleceu princípios fundamentais para a educação nacional, tais como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, gestão democrática do ensino público e valorização dos profissionais da educação. Esse novo marco legal exigiu a reorganização das políticas públicas, com foco em equidade, qualidade e participação social.

Além disso, a década de 1990 é marcada pela intensificação da globalização e pela adesão do Brasil a acordos e orientações internacionais no campo educacional. O país participou ativamente da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990), reafirmando seu compromisso com a universalização do ensino fundamental. Organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a OCDE, passaram a influenciar as reformas educacionais ao recomendar políticas de descentralização, avaliação de resultados e eficiência administrativa.

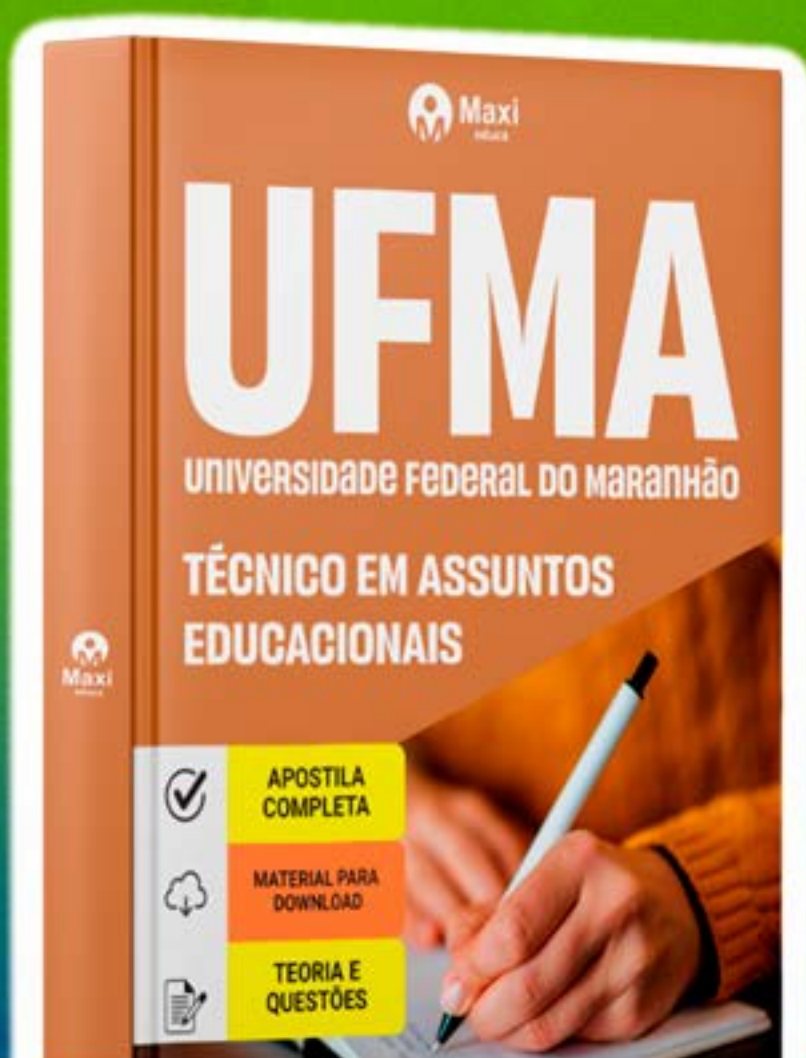
Internamente, governos como os de Fernando Collor, Itamar Franco e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso, buscaram implementar reformas estruturais no setor educacional, alinhando-se a essas tendências globais. A ideia de “Estado avaliador” ganhou força, e a educação passou a ser tratada como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional e para a superação da pobreza.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN/1996

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDBEN, substituiu a antiga Lei nº 5.692/1971, atualizando o marco legal da educação brasileira de acordo com os princípios constitucionais de 1988. Ela define e organiza a educação nacional em seus diferentes níveis e modalidades, além de estabelecer os direitos e deveres do Estado, das instituições e dos profissionais da educação.

Um dos grandes avanços da LDB foi a consolidação da educação básica como direito universal, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A obrigatoriedade da matrícula escolar foi ampliada posteriormente pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos de idade.

A LDB também trouxe diretrizes importantes sobre a gestão democrática do ensino público (artigo 14), a valorização dos profissionais da educação (artigos 61 a 67), e a organização curricular (artigos 26 e 27), que deve respeitar as diversidades regionais e culturais do país. A lei reforçou o regime de colaboração entre os entes federativos (União, estados e municípios), previsto no artigo 211 da Constituição, estabelecendo competências específicas e conjuntas na oferta da educação.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!